

## **Brasil de Fato, 26/02/07**

<QUEM É>

Marcelo Freixo é professor, deputado estadual (Psol-RJ) e membro da organização não-governamental Justiça Global. De 1993 a 1995, Freixo presidiu o Sindicato dos Professores de São Gonçalo e Niterói.

### **VIOLÊNCIA**

Segurança pública para quem?

Para pesquisador, mudanças na legislação feitas em momento de comoção tendem a ser imediatistas e inconseqüentes

Tatiana Merlino  
da Redação

A redução da maioria penal volta a ser proposta como uma resposta fácil do Estado. Diante da comoção da sociedade decorrente do assassinato do garoto João Hélio Fernandes Vieites, cometido com a participação de um adolescente, no dia 6, no Rio de Janeiro (RJ), o Senado retomou as discussões sobre propostas de redução da responsabilidade penal.

Em entrevista ao **Brasil de Fato**, o professor de história Marcelo Freixo critica a proposta do governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral de criar um código penal para cada Estado da federação e o projeto para regulamentação da Lei de Crimes Hediondos, que foi aprovado na Câmara dos Deputados, dia 14, e restringe o benefício da liberdade provisória para os presos condenados por esse tipo de delito. “Não vai adiantar qualquer mudança na legislação se não investimos numa alteração do sistema penitenciário”, afirma.

O pesquisador condena também a primeira ação conjunta da Força Nacional de Segurança (FNS) com as polícias estaduais do Rio, que acontece no Complexo do Alemão, zona norte do Rio, desde o dia 13. “A FNS não traz nada de novo e reproduz um modo de olhar para a segurança que é ilegal, ineficaz e desumano”. A Força chegou ao Estado no começo de janeiro após onda de violência que deixou 24 mortos.

**Brasil de Fato - Depois do assassinato do menino João Hélio Fernandes, a opinião pública começou a exigir providências do Estado no combate à criminalidade e a redução da maioria penal voltou a ser discutida como solução. Como o senhor vê essa situação?**

**Marcelo Freixo** -Eu acho positivo a sociedade estar reagindo à violência porque esse tem que ser um debate público, da responsabilidade de todos e não um caso de polícia. Porém, quando acontece um fato tão grave como esse, a tendência do debate é caminhar para uma ação imediatista e muitas vezes inconseqüente. Nesses momentos, é comum alguém que é contra a redução da maioria penal ser associado a uma idéia deturpada de direitos humanos, como se fosse

insensível à violência. Esse é um erro grave pois a luta pelos direitos humanos é por um projeto de segurança pública para todos e eficaz no combate à criminalidade. Eu sou radicalmente contra a redução da maioridade, ela não resolve o que supostamente as pessoas pensam que pode resolver.

**BF - Então não há uma relação entre redução da maioridade penal e diminuição da criminalidade?**

**Freixo** - É claro que não. Não há referência em nenhum país com relação a isso. E, se o debate de hoje é reduzir a maioridade até 16, amanhã vai ser até 13. Existem muitos relatos de crianças de nove anos que estão em boca de fumo. O que se faz diante disso? Reduzimos a idade penal para nove, oito, sete? O problema é muito mais profundo. A questão requer soluções imediatas, mas elas precisam ser conseqüentes. Na prática, com a redução da maioridade penal teríamos que pegar o sistema penitenciário - que, teoricamente, deveria aplicar a lei de execução penal dos 18 anos em diante - e fazer com que ele passe a cuidar também de pessoas a partir dos 16 anos. Quem, em sã consciência, vai dizer que o sistema penitenciário funciona, cumpre a lei, ressocializa, é responsável por redução de violência? Então, como vamos pegar um sistema falido, inoperante, ilegal, corrupto e dizer que agora ele vai cuidar de mais gente? Precisamos discutir a fundo formas de fazer com que a lei de execução penal seja garantida.

**BF - O senhor acha que essa é uma resposta reducionista do Estado, que prefere tentar mudar a legislação a tratar as questões de fundo de um problema que já é antigo no país?**

**Freixo** - A violência é um problema estrutural. Precisamos discutir políticas públicas, o papel da segurança pública, o sistema de acompanhamento e fiscalização das ações do Estado nas prisões, o planejamento da formação dos policiais civis e militares e integração entre os Estados para garantir que a lei seja cumprida. A redução da idade penal me parece muito mais uma idéia de vingança do que de justiça. Prisão tem que ser para quem oferece perigo concreto à sociedade, e não é o que temos hoje no Brasil. Mais de 98% dos presos são pobres e mais de 50% estão presos por furto e roubo. Temos que mudar o perfil penal do Brasil e fazer com que as leis se aproximem mais de uma idéia de justiça social.

**BF - Qual a sua avaliação sobre a postura da imprensa e de setores conservadores em relação à maioridade penal?**

**Freixo** - É um momento muito favorável para essas propostas conservadoras de maior rigor penal, de endurecimento da polícia, da ampliação de um processo de criminalização da pobreza. Por isso, defendo uma discussão ampla pois dificilmente esses argumentos se sustentam em termos práticos de combate à criminalidade. É lógico que, quando se vê as imagens da morte do menino João, surgem propostas como: "temos que endurecer e esse adolescente tem que ir para a prisão". A princípio, pelo efeito até do sentimento, isso cola. Mas não se sustenta.

**BF- E como vê essa proposta de criação de um código penal para cada**

### **Estado da federação?**

**Freixo-** Sou contra. É claro que os Estados são diferentes e podem ter algumas adaptações específicas nas suas políticas públicas. Mas isso já está garantido. Agora, a idéia de leis que podem ser específicas no sistema penal para cada Estado segue o modelo norte-americano. E isso é muito ruim. O modelo penal deles é uma catástrofe. Os Estados Unidos têm mais de dois milhões de presos e são reféns de uma lógica prisional na qual o Estado liberal é de repressão total e penal. Lá, 70% dos presos de prisão perpétua cometeram crimes leves. A população negra é 12% da sociedade e 60% no sistema penitenciário. Isso mostra que as prisões, nos Estados Unidos, refletem um processo de desigualdade social muito profundo. E ter dois milhões de presos (o Brasil tem 360 mil) é péssimo. Eles têm uma indústria penitenciária que, se acabasse hoje, o país falia. Não acho que seja um modelo para seguirmos. Prefiro o europeu que trabalha com penas alternativas e garantias de funcionamento legal para pessoas que realmente que têm que ir para a prisão.

### **BF- O Congresso também começou a votar outras mudanças na legislação, como o projeto para regulamentação da lei de crimes hediondos. Qual sua opinião a esse respeito?**

**Freixo -** Minha crítica é que essas discussões acabam tendo efeito muito pequeno se não a eficácia e implementação dessa lei não for debatida. Não vai adiantar qualquer mudança na legislação sem investirmos numa alteração do sistema penitenciário. Ficar um, cinco, dez anos no sistema prisional leva a um resultado desastroso. É pena de morte social porque elimina a capacidade dessas pessoas voltarem a viver em sociedade. Antes de uma mudança na legislação, temos que ver o que é o sistema penitenciário, qual seu papel, para quem ele serve e para que está servindo.

### **BF - Outra discussão é em torno do aumento do prazo de internação dos jovens infratores...**

**Freixo -** Muitos jovens que foram presos por roubar uma sandália, quando entram numa unidade de medida sócio-educativa (que já é uma ironia falar isso), têm que dizer à qual facção pertencem, e entrar para ela. Lá, eles são separados assim. O Estado tem uma contribuição enorme nesse processo de criminalização. Diante disso, como pode se dizer que ele fique lá mais um ano, dois, três... Se não mudarmos o que é o sistema de medidas sócio-educativas e não garantirmos que eles sejam cumpridores da lei, acho insano discutir se ele tem que ficar um, dois ou dez anos.

### **BF - Como o senhor avalia a primeira ação conjunta da Força Nacional de Segurança no Rio de Janeiro?**

**Freixo -** Na verdade, é um desastre. Nos últimos anos, o Rio de Janeiro tem sido vítima da lógica de segurança pública que insistiu no discurso da guerra contra o crime, contra o tráfico, que muito facilmente se transformava em guerra contra a favela e contra o pobre. Precisamos de mudança no foco da segurança pública, para que ela possa ser pautada na prevenção e na garantia de segurança para todos. A polícia tem que entrar na favela junto com o Estado, garantindo direitos

básicos e segurança para quem mora ali. A Força Nacional se soma a uma política de segurança no Rio de Janeiro levando morte, terror e violência para a favela. Ela reproduz um modo de olhar para a segurança que é ilegal, ineficaz e desumano.

**BF - Qual seria a alternativa para tratar a violência de forma adequada?**

**Freixo** - Temos uma experiência concreta no que diz respeito à relação da favela com o policiamento. No Cavalão, em Niterói, onde tinha a maior concentração de tráfico e homicídios, a polícia ocupou o morro junto com a Prefeitura, investindo em creches, aulas de capoeira, de teatro. A associação dos moradores tem reuniões sistemáticas com a polícia para discutir o policiamento. O tráfico sumiu do morro e há três anos não há registro de morte.

**BF- Qual é a importância da parceria entre governo federal e estadual no combate ao crime?**

**Freixo**- É fundamental e está previsto no Plano Nacional de Segurança Pública do governo Lula. A ideia dos gabinetes de gestão integrada para fazer com que as forças de segurança federal e estadual possam agir integradas e, principalmente, um sistema de informação são importantíssimos. Esses gabinetes que estão sendo criados no Rio de Janeiro- e que já poderiam ter sido criados há quatro anos - são decisivos para mudanças na política de segurança. Mas não adianta o Sérgio Cabral (governador do Rio) vir a público dizer que a política de segurança é diferente e a Força Nacional, junto com as polícias estaduais, fazerem o que estão fazendo no morro do Alemão.

**BF- Qual sua avaliação do projeto do Sistema Único de Segurança Pública (Susp)?**

**Freixo**- Eu tenho esperança porque o Plano Nacional de Segurança Pública do governo Lula foi um dos maiores avanços que nós tivemos no campo teórico da concepção de segurança, mas isso tem que vir para a prática. Até agora, o Susp não saiu do papel.

**BF - Como está a atuação das milícias no Rio?**

**Freixo** - Elas são o grande tema do atual debate da segurança pública no Rio. Trata-se de um braço mafioso formado por agentes de segurança pública, bombeiros, policiais e ex-policiais que utilizam o aparato do Estado, como carros, apoios de batalhão, caveirão e um instrumento político com vereadores, deputados estaduais e federais. Isso é muito perigoso porque traz um novo cenário de violência. Na lacuna da presença do Estado nas favelas e periferias, traficantes e milicianos disputam o controle do território e do lucro sobre a exploração da comunidade. E eu estou falando de 700 favelas só no Rio, e de um percentual que chega a quase um terço da população. É um quadro bastante grave e, além dos discursos, não vejo na política de segurança pública um plano efetivo de combate às milícias.